Notas sobre o descenso do movimento revolucionário brasileiro após 1930: a educação para Roberto Mange

Rodrigo Oliveira de Araújo[1]

Resumo
A formação do movimento operário e sindical brasileiro coincide com o período de estruturação do capitalismo local nas três primeiras décadas do período republicano (1889-1920). O capitalismo neste momento será marcado pela formação de um regime de mais-valia absoluta, onde são levados ao extremo a exploração dos limites físicos do trabalhador, aliado a uma política de descaso com a questão operária. Tal situação será terreno fértil para a formação das primeiras organizações operárias, onde o anarquismo ganha destaque como a corrente mais influente no movimento, sendo que uma das principais linhas de atuação deles versava sobre a formação de escolas libertárias, racionais ou racionalistas com o objetivo de difusão dos valores do socialismo e da liberdade. Ocorre que após a década de 1930, com a crescente corporativização da política e da sociedade, um novo padrão de exploração calcado sobre a mais-valia relativa irá se consolidar, ocasionando em mudanças no tratamento da questão operária e sindical. Neste ponto ganha sentido a produção de Roberto Mange, engenheiro franco-suíço preocupado com a formação para o trabalho de largos contingentes de trabalhadores, que irá criar várias escolas com este fim, dentre elas o SENAI em 1942. Comparando os discursos e da prática destas instituições, considerando o contexto onde são formadas, acreditamos ser possível afirmar que as escolas de Mange são uma resposta contrária à organização dos trabalhadores inspirados pelo ideal revolucionário anarquista.
Palavras-chave: História do Brasil, movimento operário, mais-valia, corporativismo, educação.

Notes about the decline of the Brazilian revolutionary movementafter1930: Education for Roberto Mange

Abstract
The formation of the Brazilian labor and trade union movement coincides with the structuring of local capitalism in the first three decades of the republican regime (1889-1920). Capitalism at this point will be marked by the formation of a system of absolute surplus value, which his taken to the extreme exploitation of the worker'sphysical limits, combined with a policy of neglect with the labor question. This situation will be fertile ground for the formation of the first workers' organizations, where anarchism is highlighted as the current most influential in the movement, where one of the main lines of action of this current as about the formation of libertarian schools, rational or rationalisticaiming to spread of the valuesof socialism and freedom. That occurs after the1930s,with the increasing corporatization of politics and society; a new holding pat terntrampled on relative surplus value will be consolidated, resulting in changes in addres sing worker and union. At this point makes sense the produce of Roberto Mange, Franco-Swiss engineer worried about job training of large numbers of workers, will form various schools for this purpose, among them SENAI at 1942. Comparing the discourse and practice of these institutions, considering the context in which it is formed, we

[1] Graduado em História pela UNESP/Franca; Mestre em História Cultural pela UFG/Goiânia; Doutorando em História Social pela UFF/Niterói. rodrigodm2@hotmail.com

believe we can say that the schools Mangeisa counter response to the workers' organization inspired by the revolution aryan archistideal.
Keywords: History of Brazil, the labor movement, surplus value, corporatism, education.

Notas sobre el descenso del movimiento revolucionario brasileño después de 1930: la educación para Roberto Mange

Resumen
La formación del movimiento obrero y el sindicato brasileño coincide con la estructuración del capitalismo local en las tres primeras décadas del período republicano (1889-1920). El capitalismo en este momento estará marcado por la formación de un sistema de la plusvalía absoluta, que se llevan a la explotación extrema de los límites físicos de los trabajadores, junto con una política de abandono de la cuestión laboral. Esta situación va a ser un terreno fértil para la formación delas primeras organizaciones de trabajadores, cuando el anarquismo se destaca como la corriente más influyente en el movimiento, y una de las principales líneas de actuación de ellos trata de la formación de escuelas libertarias, racional o racionalista con el objetivo dela propagación delos valores del socialismo y la libertad. Después dela década de 1930, con la creciente corporativización de la política y la sociedad, un nueva norma de exploración estructurada sobre la plusvalía relativa se consolidará, dando lugar a cambios en el tratamiento delos trabajadores y el sindicato. En este punto, gaña sentido la producción de Roberto Mange ingeniero franco-suiza preocupado por capacitación para el trabajo de un gran número de trabajadores que se va a crear varias escuelas para este fin, entre ellas SENAI en 1942.Comparando el discurso y la práctica de estas instituciones, teniendo en cuenta el contexto en el que se forman, creemos que podemos decir que las escuelas son una respuesta Mange contraria ala organización de trabajadores inspirado por el anarquista revolucionario ideal.
Palabras clave: Historia de Brasil, movimiento obrero, plusvalía, corporativismo, educación.

INTRODUÇÃO

A formação das primeiras organizações do movimento operário no Brasil ocorreu durante o período conhecido como Primeira República (de 1989 a 1930).Este momento foi marcado por intensas transformações sociais, onde houve o desenvolvimento das relações do trabalho após o fim da escravidão concomitante aos processos modernização e crescimento urbano. O fim da escravidão, ocorrido no final do período imperial (1888), foi o principal fator que abriu espaço à gradual transferência do eixo das relações sociais de produção agrárias à formação de novas práticas ligadas ao desenvolvimento urbano-industrial, possibilitando a conformação de novos projetos societários.

A origem destes projetos pode ser buscada em grande medida nos grupos dissidentes do segundo reinado, em especial naquele que ficou conhecido como a “geração de 1870”. A composição básica deste grupo era a de elementos com grande formação técnica, ociosa em função dos limites impostos pela estruturada sociedade imperial. Ideologicamente comportavam variações e adotavam

perspectivas que transitavam desde positivismo *comtiano* ao evolucionismo *spenceriano*. Conectados por aquele traço comum, os elementos desta geração idealizavam reorganizar o *status quo* de modo a garantir a manutenção do controle social, mas ao mesmo tempo, também abrindo espaço às novas camadas urbanas que se insurgiam, algo que no limite levaria à ampliação do grupo dominante (ALONSO, 2000, p. 35-55).

A ruptura promovida pela abolição do trabalho escravo e a posterior queda do regime monárquico colaboraram para as transformações em curso. Junto a este novo projeto de organização da sociedade também se formou um novo padrão de relacionamento com a força de trabalho. Assim, a criação de um novo parque produtivo foi inerente à criação de um trabalhador condizente com as novas exigências do modo de produção, já que a formação de um sistema econômico baseado na indústria pressuporia a existência de um trabalhador livre e disponível em um mercado de trabalho. Esta necessidade redundou no crescimento dos centros urbanos, sua população e infraestrutura, que se tornavam assim condições indispensáveis ao desenrolar deste processo, pois criavam as condições mínimas de funcionamento do sistema. O aporte inicial de recursos a estes projetos teve origem tanto interna, no relevante mercado de capitais ligados às casas comissionarias, como na capital paulista (HARDMAN; LEONARDI, 1991, p. 123); quanto externa, principalmente de capitalistas ingleses que concederam financiamento para vendas e investimentos. Porém a participação dos ingleses não se limitou a este ponto e colaboraram ainda na construção do sistema de transportes ferroviários, no fornecimento de maquinaria industrial e suprimentos, dispuseram de técnicas que para instalação de novos equipamentos, para a direção de operações e de ensino para operários sobre como operar as novas máquinas (GRAHAN, 1973, p. 131-132).Todos estes aspectos demonstram permanências e rupturas quando às origens e filiações dos grupos responsáveis por aquelas transformações.

A formação das casas comissionarias se liga às necessidades inerentes à própria produção cafeeira, já que o comissário do café foi uma espécie de intermediário entre o fazendeiro e os mercados que demandavam aquela produção. Com o tempo e o aumento da produção os comissários viram a sua função se tornar cada vez mais relevante, ao ponto de em alguns casos se transformarem nos controladores de fato do negócio, decidindo quando e quanto seria investido de determinado montante de recursos nas lavouras cafeeiras, ou seja, interferindo diretamente na gestão da produção(FRANCO, 1997, p. 172-174). Por outro lado, o aporte direto de recursos estrangeiros, em especial ingleses, liga o desenvolvimento do projeto urbano-industrial brasileiro à dinâmica produtiva das regiões com relações capitalistas anteriormente consolidadas. Desta maneira, compreendemos que o novo modo de produção gestado ao mesmo tempo em que tinha raízes na

dinâmica interna da sociedade brasileira, também contava com suporte de setores ligados ao capitalismo europeu, demonstrando também a faceta internacional deste projeto.

Neste momento a modernização das relações de produção aparecia sob na forma das grandes plantas fabris, que por seu turno implicavam na concentração física do operariado. Seja sob a forma dos cortiços e favelas, ou nos moldes das vilas industriais (construídas próximas à fábrica e submetidas à rígida disciplina patronal) o proletariado urbano ia se formando e crescendo. Rígida disciplina era utilizada como reforço da dominação e neste quadro as tensões sociais eram pura e simplesmente tratadas como "casos de polícia", na famosa assertiva do último presidente da Primeira República, Washington Luís. Este contexto de descaso do Estado com relação à questão operária e sindical perdurará até meados das décadas de 1930/1940, quando o sistema como um todo encontrará outras maneiras mais eficientes para lidar com a tensão social. Por ora, em função da dinâmica que ia assumindo o desenvolvimento das relações de produção, enquanto aquelas que eram mais racionais do ponto de vista político e econômico não se desenvolviam, se constituía um clima propenso a reações socialmente contundentes. Isto ocorria já que o Estado e os industriais ainda não demonstravam a preocupação que teriam no futuro com a questão operária e sindical, o que por outro lado também abria para os trabalhadores um grande terreno para a constituição de suas próprias formas de organização.

Parte da debilidade deste projeto que vinha se instituindo pode ser explicada pela inexistência de um mercado em nível nacional, dificultando a efetiva integração deste sistema produtivo, implicando em problemas de ordem econômica e social. Esta situação obliterava o pleno desenvolvimento das relações sociais de exploração, já que impedia o trabalhador de incorporar parte da produção em sua própria formação enquanto força de trabalho, bem como a ampliação e consolidação da burguesia industrial autóctone. Esta desorganização na economia implicava na dificuldade de fechar o ciclo de exploração da mais-valia, aumentando o custo da força de trabalho. Isto acarretava em menor capacidade dos negócios se tornarem mais produtivos (e lucrativos), levando à consequentemente diminuição da capacidade de expansão do sistema, o que no capitalismo significa uma situação de crise.

Desta maneira nos parece que é na dinâmica específica do desenvolvimento local que se explica a necessidade dos capitalistas forçarem a máxima exploração dos limites físicos do trabalhador, com jornadas de trabalho elevadíssimas, exploração desmedida do trabalho feminino e infantil, ausência total de quaisquer legislações de proteção ao trabalhador(como regulamentação da jornada de trabalho, férias, sistemas de seguridade social, etc.) além, claro, de manterem o poder de

compra dos salários abaixo do necessário para a reprodução da própria força de trabalho (HARDMANN; LEONARDI, 1991, p. 121-145). Esta situação desembocava numa reação em cadeia e a despeito das pretensões liberais mais ortodoxas (de busca da harmonização social através das teses de livre mercado, inclusive no âmbito das relações de trabalho), o Estado era a única instituição de alcance verdadeiramente nacional a promover a organização entre as várias instâncias produtivas (PINTO, 2005, p. 34), embora seu papel verdadeiramente organizador da produção ainda só estivesse timidamente se esboçando.

Esta descrição caracteriza um modelo societário predominantemente calcado sobre a exploração da mais-valia absoluta. Uma das características deste modelo é que devido às suas fragilidades se forma um clima social potencialmente explosivo, já que as suas debilidades estruturais o impedem de recuperar os movimentos contestatórios em prol do aumento da exploração do trabalho e consequente apaziguamento das tensões sociais (BERNARDO, 2009, 139-153).Compreender esta situação nos parece indispensável para explicar a especificidade do processo de formação do movimento operário e sindical durante a primeira república.Com esta afirmação não objetivamos fazer coro a analises economicistas ou estruturalmente estáticas, típicas do marxismo vulgar (HOBSBAWM, 1999, p. 159), mas somente fazer notar que o desenvolvimento de um modelo social que combinou desenvolvimento econômico e exploração irracional da força de trabalho não poderia deixar de forçar implicações importantes no campo político, principalmente naquele que se refere à participação dos trabalhadores. Deste modo, acreditamos que as contradições e ambivalência deste processo de transformação das relações sociais de produção foram o terreno amplamente explorado pelas correntes organizatórias do movimento operário e sindical nas primeiras décadas do século XX, cujas transformações, como procuraremos explorar, também se caracterizam enquanto elementos responsáveis pelos reveses sofridos pelo movimento.

Neste momento, embora o operariado ainda fosse minoritário em relação ao grande número de trabalhadores do campo, ia se conformando um relevante e desequilibrado mercado de trabalho, onde a oferta de força de trabalho superava em muito a sua demanda, criando condições favoráveis aos negócios (ADDOR, 2009, p. 13-14). Este desequilíbrio no mercado em si mesmo já pode ser considerado como importante sinal do maior dinamismo que este novo projeto impunha sobre o terreno social, pois demonstra pelo contraste a incapacidade do sistema agrário em incorporar trabalhadores ociosos. Na verdade, nos parece que o maior dinamismo de um modelo social não pode ser analisado somente através do número total de trabalhadores em um determinado setor, mas sim através de sua capacidade produtiva e um sinal disto é que logo em 1934 a produção industrial

superará a agrícola(DINIZ, 2007, p. 109), apesar de somente em 1960 o Brasil deixar de ter a maior parte de sua população vinculada ao mundo agrário. Neste sentido, embora em número reduzido, a relevância da disputa dos operários no campo político não pode ser desprezada se o objetivo for compreender a dinâmica do desenvolvimento social posterior à década de 1930, em especial a influência dos elementos estruturais que se transformaram e afetaram os grupos envolvidos coma contestação da ordem social instituída.

CORRENTES ORGANIZATÓRIAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL E AS CAUAS DE SUA DESORGANIZAÇÃO

O panorama das relações sociais descritas acima serve de substrato à compreensão das condições em que ocorreu a formação do movimento operário e sindical brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Desta maneira, cumpre agora fazer uma breve descrição das principais correntes organizatórias do movimento no período (1890-1920), para posteriormente nos dedicarmos à compreensão de uma das teses sobre o processo que chamaremos de *heterorganização dos trabalhadores*[2]. De acordo com Fausto (1976) foram três as principais correntes organizatórias do movimento operário desde o final do século XIX até a década de 1920: o "trabalhismo carioca", o socialismo reformista e o anarquismo.

O "trabalhismo carioca" se caracteriza por ser fator de amortecimento das tensões sociais, pois não tinha a pretensão de questionara estrutura fundamental da sociedade capitalista e sua disparidade na distribuição do poder entre as classes sociais, optando por limitar-se à disputa de melhores condições de vida e trabalho no interior dos limites colocados por esta estrutura de dominação. Promovia deste modo o princípio da colaboração de classes e da dependência com relação ao Estado, em convergência com as futuras posições dos autoritários corporativistas pós década de 1930 (FAUSTO, 1976, p. 41-62). Embora perdendo terreno durante todo o início do século XX ao anarquismo, este grupo manteve suficiente influência junto ao sindicalismo do Rio de Janeiro devido à precoce emergência da figura do Estado-patrão naquela cidade. A negociação direta com o Estado viabilizava situações mais favoráveis aos trabalhadores, acima das médias alcançadas em negociações com empresas privadas, embora o custo disto fosse a perda de autonomia política do

[2]Não acredito que seja possível de falar em uma derrota do movimento em si, mas somente no esgotamento de alguns de seus projetos, pois o movimento operário e sindical persistirá até contemporaneidade, sendo lícito no máximo especular sobre a derrota do movimento revolucionário. Neste sentido, penso que falar em desorganização ou heterorganização dos trabalhadores dá conta de forma mais adequada dos projetos de enquadramento e domesticação do movimento e da força de trabalho como um todo.

movimento, que se tornava dependente deste grande ator. Neste sentido é possível compreender que "esta corrente representa um embrião do trabalhismo 'inventado' por Vargas, tendência estratégica do sindicalismo brasileiro dos anos 40 ao golpe de 1964." (ADDOR, 2009, p. 20-21).

A segunda corrente, o socialismo reformista, se caracteriza por ser uma forma intermediária e contraditória entre o puro reformismo dos trabalhistas e a ação direta dos anarquistas (que preteriam qualquer ação através das instituições políticas oficiais). Deste modo, os socialistas reformistas ao mesmo tempo em que pautavam a superação das relações sociais capitalistas(pelo menos no âmbito programático), também entendiam a necessidade de se valerem das estruturas políticas existentes com o fito a conquistarem melhorias pontuais e de menor alcance, se situando dentro de uma concepção política evolucionista e reformista (FAUSTO, 1976, p. 98). No entanto, para a efetivação deste segundo aspecto seria necessário que o Estado e a política estivessem abertos e dispostos a atenderem suas reinvindicações, algo que contradizia as condições do momento (como apontado anteriormente). Assim, como salienta Fausto, no começo do século XX os socialistas não passavam de um pequeno círculo com diminuta penetração nos meios populares (1976, p. 97).

Diferente tanto em popularidade quanto em relevância foi o desenvolvimento da terceira corrente organizativa do movimento operário e sindical, o anarquismo. Esta corrente se caracteriza pela aposta na transformação radical das estruturas sociais, que nesta concepção se dividia entre exploradores e explorados. A via destas mudanças seria a ação direta organizada, substituindo o Estado por formas de cooperação alheias às instituições políticas oficiais (FAUSTO, 1976, p. 63-64). Os campos preferenciais de atuação incidiam sobre as esferas econômica e ideológica.

No campo econômico lutavam pela conquista de reinvindicações mais imediatas, tentando vinculá-las com o projeto mais amplo de fim do capitalismo e construção da sociedade libertária. Com base nestas premissas incentivaram a formação de sindicatos, associações e federações de operários; promoveram greves, piquetes, comícios e passeatas com o intuito de pressionar os patrões e fortalecer a coesão e identidade dos trabalhadores no processo de luta. Desde fins do século XIX se formaram organizações anarquistas no meio operário e é possível identificar o auge do ciclo desencadeado por estes agrupamentos entre os anos de 1917 e 1920, quando ocorreram as mais célebres manifestações e greves, que em grande medida eram inspiradas e organizadas pelos ideais e organizações libertárias (ADDOR, 2012, p. 71-93).

Já a luta ideológica se focava num amplo trabalho de denúncia dos valores burgueses, da autoridade do Estado, da religião e do clericalismo, contraponto uma produção cultural e uma moral

libertária baseada na ética da pobreza e da solidariedade (ADDOR, 2009, p. 26).As notícias sobre existência de periódicos anarquistas é anterior ao das próprias organizações operárias, datando de 1935 a fundação no Rio de Janeiro do Jornal *O Anarquista Fluminense* e de 1848 o também carioca *Grito Anarquial*. O trabalho neste espaço nunca deixará de ser um aspecto amplamente explorado e fundamental na atuação dos anarquistas. Porém, a luta ideológica não se restringiu à produção periodista e eles se entremearam nos mais variados espaços da cultura, como nas várias propostas de escolas libertárias (racionais), criação de bibliotecas e centros de cultura, na produção de nos campos da literatura, poesia, teatro, etc.

É baseado neste duplo aspecto da atuação libertária que:

> Se não podemos afirmar com clareza ou segurança uma hegemonia anarquista no interior do movimento operário do início do século ao início dos anos [19]20, podemos afirmar que a única corrente organizatória que consegue, a partir de uma perspectiva de autonomia, elaborar propostas com maior apelo para a classe e com maior capacidade de mobilização dos trabalhadores urbanos, é sem dúvida o anarquismo (ADDOR, 2012, p. 125).

Outras características eventualmente mais problemáticas e menos lisonjeiras também não deixavam de acossar o anarquismo brasileiro neste período, como a vinculação ao cientificismo e ao evolucionismo, tributário em boa medida do contato intelectual com a elite republicana. Os republicanos também compartilhavam com os anarquistas a veia anticlerical, o que não poucas vezes decaiu em formas mais ou menos explícitas de moralismo normatizante. Spencer aparecia como inspiração ideológica de ambos os grupos, embora o que atraia os anarquistas a este campo intelectual não fosse o darwinismo social deste pensador, mas as prerrogativas de redução de grandes fortunas, equilíbrio entre produtivos e a limitação do poder do Estado (FAUSTO, 1976, p. 73).

De qualquer modo não deixa de ser intrigante a existência de um homem como Everardo Dias, um maçom que se reivindicava ao mesmo tempo positivista e anarquista (FAUSTO, 1976, p. 72). Estas características não podem deixar de ser apontada devido ao tom conservador, tecnicista (e no limite autoritário) do projeto saint-simoniano contido no interior das formulações de Comte, que por sua vez é embrião ideológico de futuras e mais bem acabadas propostas tecnicistas (BERNARDO, 2004, p. 17-39).Embora consideremos o caso de Everardo Dias como um evento extremo, outros expoentes do movimento como Astrojildo Pereira e José Oiticica também assumirão posições francamente cientificistas (FAUSTO, 1976, p. 71-72) e o tom normativo moralista também não deixou de compor parte significativa de publicações de destaque inspiradas pelo anarquismo,

como *A Lanterna*, periódico paulista por bom tempo dirigido pelo celebre militante Edgard Leuenroth (FAUSTO, 1976, p. 84-87).

Sob esta situação não nos deveria causar espanto a nota de Fausto dando conta da organização por Astrojildo Pereira de um curso sobre o método de taylorista para anarquistas (1976, p. 82) e a posterior conversão deste militante ao bolchevismo. Embora muitos marxistas tivessem deliberadamente ou não tentado apagar este fato, os anarquistas e suas organizações serviram de base sobre a qual se estruturaram as posteriores organizações tipicamente bolchevistas e nos parece trivial afirmar que grande parte do conteúdo revolucionário das organizações marxistas tem origem nas premissas herdadas das organizações de inspiração anarquista. Contudo, a questão que nos chama a atenção é outra. As influências intelectuais conservadoras do período não serão as únicas contradições presentes no interior do movimento.

A vertente anarco-sindicalista, linha mais influente do anarquismo brasileiro neste período, era fortemente inspirada na CGT (Confederação Geral do Trabalho) francesa e dentre suas diretrizes congregava posturas de *closed shop* (mercado restrito), fazendo coro aos anseios restritivos e coercitivos de operários mais qualificados que vislumbravam a criação de uma reserva de mercado para si, algo que os aproximava de proposições características do corporativismo sindical. Os anarco-sindicalistas vislumbravam ainda como instrumento de luta uma perspectiva restrita da ação direta, limitada à apologia da greve geral ou parcial, boicote, sabotagens e manifestações públicas como meios de se alcançar a sociedade anárquica(FAUSTO, 1976, p. 73-76).

Mesmo no meio do ambiente libertário estas posições foram criticadas. Foi Errico Malatesta, no congresso anarquista de Amsterdã em 1907, o autor da mais famosa polêmica com Pierre Monatte, então jovem teórico do anarco-sindicalismo. Para Monatte a greve milenar seria o instrumento mais eficaz de luta contra o capitalismo, ao que Malatesta se opunha, lembrando Kropotkin, que a mais grave questão não era fazer os trabalhadores parar a produção, mas sim criar meios que eles conseguissem o próprio sustento trabalhando de forma autodeterminada, livre da exploração (WOODCOCK, 1984, p. 38).

Depreendemos desta polêmica que algumas vertentes do anarquismo entendiam que na sequência das posições defendidas por Monatte a questão da autogestão ficaria em segundo plano frente a necessidade de organização da luta contra o capitalismo, o que no âmbito da produção levaria à que a construção da nova sociedade através cooperação por meios não oficiais não visse espaço para efetivação. Isto decorreria da própria estrutura dos sindicatos, que vislumbrados como

base sobre a qual se erigiria a sociedade futura, não deixariam de serem instituições de representação política exteriores ao próprio universo laboral.

Na verdade nos parece que os anarquistas neste momento se viram diante de uma grande encruzilhada histórica, algo que parece ter determinado os desenvolvimentos futuros do próprio movimento. Por um lado ouse submetiam aos argumentos políticos e técnicos dos bolcheviques, com suas organizações cada vez mais estruturadas e com maior poder, ou se deixavam levar pela necessidade de contraponto àqueles, assumindo uma postura puramente reativa, levando-os a abandonar quaisquer tipos de pretensão à organização, configurando uma perspectiva que se dedicaria cada vez mais à questão dos costumes e da cultura e menos à organização de instituições com fito à intervenção direta no espaço político da produção.

Segundo Samis esta questão parece ter sido especialmente cara a José Oiticica, em seus apelos para que os anarquistas não abandonassem a natureza organizativa do anarquismo, servindo de substrato ao desenvolvimento da tese que pretende explicar a desorganização do movimento operário e do anarquismo através do duplo fator: da alienação sindical perpetrado pelo Estado corporativista de Vargas e pela perda de espaço político aos bolcheviques. Nesta explicação tanto a repressão policial quanto a falta de uma organização especificamente anarquista teriam contribuído para a diluição de seu "forte aporte ideológico contra o capitalismo" pela inexistência de uma "alternativa para o engajamento social dos libertários" redundando "na ausência de uma expressão volumétrica" algo que "era parte fundamental da propaganda", sendo culpados por esta situação os "anarquistas que, na prática, agiam antes como sindicalistas" (SAMIS, 2009, p. 48).

Sem pretender dar conta do debate interno às correntes anarquistas, no próximo item procuraremos recuperar rapidamente toda uma dimensão que foi se formando a partir da década de 1920, mas que se expressou com força somente a partir das décadas de 1930/1940 e que mudou radicalmente a forma de relacionamento do Estado com as questões sociais e do mundo do trabalho. Em nossa opinião, toda esta esfera que foi se formando e desenvolvendo parece fundamental para compreender a heteorganização, não só do anarquismo, como de todo o sindicalismo revolucionário, se insinuando, no entanto, como um fator que nos parece indispensável para compreensão tensões que contribuíram para as mudanças de inserção e relevância do movimento revolucionário. Este espaço trata da edificação de uma elite tecnocrática, responsável pelo desenvolvimento de um novo projeto societário que alterou o terreno sob o qual se desenvolvia a luta política e a forma de relacionamento dos capitalistas – tanto os privados quanto os estatistas – com o mundo do trabalho, suas pautas e demandas.

MUDANÇA NO PARADIGMA DE EXPLORAÇÃO ATRAVÉS DA TÉCNICA

Data de 1918 o famoso discurso de Roberto Simonsen aos operários e companheiros da Companhia Construtora de Santos, publicado depois com o título de *O Trabalho Moderno*. Nele Simonsen identifica nas questões da disciplina, autoridade e vigilância os principais aspectos a serem modificadas nas relações de trabalho, fazendo assim apologia aos princípios tayloristas que estabeleceriam cientificamente condições de trabalho e remuneração como meios de evitar a "importação" da "luta de classes" para o Brasil (SIMONSEN, 1919, p. 11 apud ANTONACCI, 1993).No momento em que Simonsen proferira o discurso os capitalistas se encontravam em uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que logravam um crescimento econômico considerável, também assistiam ao ápice dos movimentos de contestação da classe trabalhadora, tanto através de suas organizações políticas, quanto através das múltiplas formas de resistência ao trabalho (HARDMANN & LEONARDI, 1991, p. 132).

Devemos à Simone Weil (1909-1943) uma das mais contundentes críticas ao sistema inaugurado por Taylor, também chamado de "racionalização". Segundo suas formulações, existiriam muitas formas de racionalização, mas o terreno comum de todas seria a ampla utilização da ciência para a organização do trabalho, fazendo com que esta doutrina passasse a ser conhecida como *organização racional do trabalho* ou também *administração científica do trabalho*. Este aspecto da racionalização evidencia o grande papel de cientistas e técnicos, responsáveis pela criação e aplicação das técnicas de organização dos métodos e processos de trabalho. O outro lado da racionalização se evidenciaria na chamada "desumanização" do trabalhador, promovida pela submissão do ritmo biológico ao *timing* da produção maquinizada, conformando um estado de espírito que é possível de ser considerado como de morte em vida, responsável por grandes problemas de ordem psíquica e social (1979, p. 111-129).

Considerando estes pontos parece razoável acreditar que a instituição destas práticas de controle sobre o processo produtivo possa ser considerada como uma resposta ao clima de efervescência e desobediência decorrentes da ascensão das lutas sociais entre as décadas de 1910 e 1920. Algo que parece confirmado pela própria amplitude com que a organização científica do trabalho passou a ser aplicada no ambiente laboral(WEINSTEIN, 2000, p. 36) e das reiteradas

menções da aplicação do taylorismo como modo de evitar a eclosão da luta de classes[3]. Contudo, o estabelecimento desta forma de controle sobre a produção foi acompanhado pelo abandono das formas discricionárias de autoridade e pelo abandono da disciplina militar, despótica e irresponsável, criando critérios de produção e produtividade consoante os limites do corpo, tecnicamente verificados e cientificamente referendados. Isto criou um contexto substancialmente superior ao anteriormente vivido pelos trabalhadores, no que se refere à exploração do trabalho e os usos e abusos de sua capacidade física. Foi assim que o trabalho passou a ser organizado por uma elite de técnicos, ou gestores, na acepção usada por Bernardo (2009). A articulação ideológica desta nova lógica se deveu às variadas formas de corporativismo "que tem no econômico seu pressuposto básico" (SOUZA, 1999, p. 56).

Do ponto de vista do trabalho o corporativismo organiza sua estrutura em duas linhas. Por um lado destaca a prática tecnocientífica, institucionaliza o cálculo como critério prático válido para determinar a melhor forma de exercer o trabalho, seu tempo necessário e sua forma de remuneração. Por outro lado institui a prática de cooperação de harmonia no interior do ambiente laboral, fazendo com que o âmago das relações entre capital e trabalho tenha seus conflitos balizados pela noção que coloca patrões e empregados como elementos componentes do mesmo corpo que comporia a nação. A existência individual na sociedade corporativista é assimilada através da posição no mundo do trabalho, cuja ordem deveria ser verificada consoante critérios técnicos, mas ideologicamente expressos pelo nacionalismo (MANOILESCU, 1938, p. 44). Isto significa que, se a organização da dominação passa a ser realizada por uma elite técnica, podemos dizer que os gestores encontram por aqui um campo possível para a edificação de seu projeto de sociedade capitalista.

Neste ponto é indispensável destacar a importância de uma instituição no processo de expansão das práticas de racionalização. O IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), criado em 1931, foi a primeira organização brasileira responsável pela expansão sistemática das ideias sobre a racionalização, e seus trabalhos lograram grande influência sobre os capitalistas brasileiros na década de 1930, chegando ao Estado em 1942 com a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), que foi uma espécie de "superministério" no primeiro governo Vargas. No interior do IDORT encontramos Roberto Mange, engenheiro franco-suíço radicado em São Paulo, professor da Escola Politécnica daquela cidade, diretor técnico da Segunda Divisão do IDORT e um dos seus principais animadores. Mange foi responsável por criar vários métodos de

[3]Por exemplo, na documentação pesquisada acerca do IDORT no período de 1931-1942 a preocupação em justificar o uso deste aparato é constantemente reiterada através deste argumento. RELATÓRIO DA DIRETORIA DO IDORT, 1932-1942 (mimeo).

prevenção de acidentes no trabalho, ensino racional para trabalhadores ferroviários, o projeto base do SENAI, entre tantos outros projetos de intervenção sobre as técnicas de trabalho e conformação do trabalhador ideal para a produção, com o objetivo constante de alcançar uma estabilidade social superior (ARAÚJO, 2013).

O IDORT e Roberto Mange estão inseridos na situação mais ampla de criação das instituições corporativistas brasileiras e autores como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo de Amaral merecem destaque como figuras responsáveis pela constituição de aspectos chave do regime varguista. Embora cada um esteja preocupado com um campo em específico (MEDEIROS, 1978), suas posições convergem na necessidade de cientificizar o espaço decisório, tirando os conflitos do âmbito das decisões puramente políticas e jogando-as sobre o escopo dos debates técnicos.

Com base nestas considerações buscaremos cotejar algumas das pautas e demandas dos trabalhadores com as propostas dos métodos e instituições criados por Mange. O objetivo deste procedimento será o de tentar demonstrar como as criações do engenheiro parecem confirmar a hipótese de que elas se configuraram como uma resposta capitalista às organizações e demandas dos trabalhadores, concorrendo para a hipótese do quanto estas transformações foram também responsáveis pelo processo de heteorganização da classe trabalhadora, já que alteraram as relações sociais de produção, núcleo do sistema de exploração da mais-valia.

ROBERTO MANGE: EDUCAÇÃO E MAIS-VALIA RELATIVA

Acreditamos que o essencial do projeto tecnocrático em gestação diz respeito à tentativa de conversão das relações sociais de produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Assim, esse projeto se focava no aumento de produtividade dos trabalhadores que ocasiona aumento da taxa de extração de mais-valia. Aumentando a produtividade seriam abertas as possibilidades de incorporação das demandas dos trabalhadores às estruturas íntimas de funcionamento do capitalismo, permitindo aos gestores a criação de novos espaços institucionais. O aspecto central destes novos espaços era de ao mesmo tempo em que conseguiam contemplar parte das reinvindicações dos trabalhadores, consolidavam também uma tipo de relação social de exploração mais eficiente (BERNARDO, 2009, p. 89-139). Como as várias implicações da atuação dos gestores sobre o campo da produção requerem um extenso debate, optamos por nos focar somente sobre a concepção de Roberto Mange sobre a educação para a elaboração deste artigo.

Uma das preocupações mais caras aos anarquistas sempre disse respeito à questão educacional e deste modo promoveram a criação de inúmeras das chamadas "escolas modernas", "racionais" ou "racionalistas", com o objetivo de internacionalizar os valores do socialismo e da liberdade, básicos a esta doutrina. Desde 1898 existem notícias sobre a fundação destas escolas no Rio Grande do Sul (MARÇAL, 2009, p. 169), já em 1904 há a efêmera iniciativa de criação da Universidade Popular na cidade do Rio de Janeiro e em 1915 outra iniciativa do mesmo gênero é estabelecida em São Paulo (ADDOR, 2012, p. 129).A criação de escolas foi sempre uma constante preocupação do movimento e mesmo próximo ao auge da contestação esta questão não deixou de ser uma preocupação, tanto que entre 1922 e 1923continuam as iniciativas de criação centros de educação libertária (ADDOR, 2012, p. 221).

Desde que Roberto Mange chegou ao Brasil em 1913 esteve envolvido com o campo educacional, mas somente a partir de 1920 que se dedicará a questões relativas à higiene mental e higiene do trabalhador. Em 1923 passou também a dirigir o Curso de Mecânica Prática no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (ANTONACCI, 1991, p. 63) e posteriormente participou da comissão de especialistas responsáveis pela redação do *Código de Educação* (1933). De acordo com seu filho Roger Mange, fez parte também do movimento escolanivista, mas o nome do pai não consta entre os signatários do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (1932) já que naquela ocasião não possuía ainda cidadania brasileira o que lhe impedia de assinar documentos de natureza política (ZANATTA, 1991, p. 90). A experiência pioneira do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)é consequência do desenvolvimento de seu trabalho na Escola Profissional Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, onde entre os anos 1924 e 1926 teria reunido um grupo de estudiosos empenhados em desenvolver as aplicações da psicotécnica[4] junto aos ferroviários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, da Estrada de Ferro Sorocabana e da Estrada de Ferro Mogiana.

Diferentemente das escolas libertárias que buscavam a propagação dos ideais do socialismo e da liberdade através de uma educação integral do ser humano, ali teriam sido aplicadas as primeiras série metódicas de exercícios que se tornaram a marca dos métodos pedagógicos do SENAI. Porém a formação global do estudante não deixava de ser um dos objetivos das escolas idealizadas por Mange e assim ele considerava que os exercícios das séries metódicas eram"[...] muito mais do que um meio de aquisição de técnicas de trabalho; as considerava excelente instrumento disciplinador e formador do caráter dos jovens aprendizes." (BOLOGNA, 1955, p. 333). Por este viés é possível vislumbrar que os objetivos e técnicas de ensino mangeanasse insinuavam para além da função de ensinar um

[4] Uma das vertentes da racionalização que incorpora os ensinamentos da psicologia e as aplica ao mundo do trabalho. A este respeito ver MÜNSTERBEG (1913).

ofício, se instituindo como um dos aspectos de formação moral e política da força de trabalho. Isto caracteriza um dos aspectos pelos quais tentavam combater a tão temida luta de classes, já, se considerarmos que elas estão inseridas no contexto de efervescência social, estas novas escolas se configuram como uma resposta à direita para as demandas educacionais dos trabalhadores.

Em 1942 o Ministério da Educação lançou um projeto que dizia respeito à criação de uma escola prevista pelos dispositivos da constituição corporativista de 1937, cujo modelo inicial foi encomendado pela FIESP à Segunda Divisão do IDORT dirigida por Mange. (RELATÓRIO DA DIRETORIA DO IDORT, 1939, p. 8). Segundo se verifica no relatório, o plano se baseava na colaboração financeira das próprias empresas com o objetivo de manter um serviço central de seleção e aperfeiçoamento do operariado, permitindo criar um espaço de formação em moldes racionais, uniformes, de modo econômico e eficiente(RELATÓRIO DA DIRETORIA DO IDORT, 1940, p. 9).Será a partir da base deste estudo que se estruturará o plano de construção do SENAI em 1942, dando destaque à Roberto Mange enquanto organizador técnico do projeto (WEINSTEIN, op. cit., p. 115-120). Em uma entrevista de 1940 ao Jornal Folha da Manhã, Mange faz considerações sobre a importância da formação profissional, onde esclarecerá sob qual ótica entende a educação:

> [...] o problema da formação de profissionais, do operário qualificado, do técnico, do engenheiro, se enquadra essencialmente dentro do lema da *eficiência*: eficiência técnica, eficiência econômica e eficiência social (MANGE, 1955, p. 6) [grifos do autor].

Desta maneira defende a necessidade do uso da psicotécnica não só para o ensino, mas para a seleção profissional, pois considera que falhas na constituição anátomo-fisiológica, nos conhecimentos básicos, nas aptidões funcionais e no aspecto "caracterológico" (relativo ao caráter), seriam capazes de comprometer os resultados da formação, ocasionando a falta de aptidão do profissional e seu fracasso prático, sendo esta situação responsável por uma variedade de prejuízos de ordem técnica, econômica e social, não só para o empregado, como também para a coletividade em que este esteja inserido, contribuindo para o clima de instabilidade social.

Ou seja, na ótica destes gestores é a inaptidão do indivíduo ao seu trabalho que poderia ocasionar ao seu futuro fracasso profissional, responsável por prejuízos para a coletividade, para a unidade e força do Estado Nacional, desestabilizando o sistema. Posteriormente considerando exclusivamente os resultados produtivos da educação, comenta: "Sem essa medida *prévia*, criteriosamente aplicada, não se poderá alcançar um índice satisfatório de eficiência" (MANGE, 1955, idem) [grifos meus].

Parece-nos que na medida em que preocupação com relação ao tratamento dado aos trabalhadores ascende à condição de prática prioritária de industriais e do próprio Estado, é possível afirmar que há o abandono do antigo modelo de descaso com a questão operária e tratamento exclusivo através da repressão (embora esta não tenha sido nunca abandonada). Neste sentido, assiste-se à sofisticação das técnicas de combate à organização operária, sendo possível afirmar que esta nova forma de relacionamento com os trabalhadores passa a ser um dos aspectos centrais da política desenvolvida pelos capitalistas após 1930.Desta forma, ao invés de somente "caso de polícia", as lutas dos trabalhadores passaram a ser consideradas caso de cientistas, educadores, engenheiros, economistas, políticos, etc.

Haverá uma grande modificação, para além do campo sindical, colocando algumas novas questões para o estudo do descenso do movimento operário e sindical após as décadas de 1930/1940, algo que nos parece não poder ser atribuída exclusivamente à desorganização dos próprios trabalhadores e anarquistas, já que eles passaram efetivamente a serem organizados por fora, sob uma nova lógica e racionalidade. Assim nos parece que a profundidade da nova forma que o sistema encontrou para promover a heteorganização da classe trabalhadora, organizando-a consoante seus próprios interesses e objetivos, não foi plenamente assimilada pelo movimento na busca pela afirmação das práticas libertárias e de sua visão de mundo, o que teria aberto o caminho para a ascensão do sindicalismo corporativista. Se estas questões forem verdadeiras, se coloca a necessidade de uma investigação mais profunda acerca dos novos mecanismos gestados no desenvolvimento do sistema de dominação, em sua busca de expansão combinada à pacificação dos conflitos sociais.

FONTES PRIMÁRIAS

BOLOGNA, I. (org.) *Roberto Mange e sua obra*. Goiânia: Unigraf, 1980.

IDORT. *Relatório anual da Diretoria do IDORT, 1938-1939.* São Paulo, 1939. 16 p.

_____. *Relatório anual da Diretoria do IDORT, 1939-1940.* São Paulo, 1940. 18 p.

MANGE, R. A necessidade de formação de técnicos. *Folha da* Manhã, São Paulo, s/p, 8 ago. 1940, In Reprodução pelo Centro de Estudos "Roberto Mange". São Paulo, 1955, nº 1. p. 9.

REFERÊNCIAS

ADDOR, C. A. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In. ADDOR, C. A. & DEMINICIS, R. B. (org.).*História do Anarquismo no Brasil Vol. II*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

_____.*Um Homem Vale Um Homem: Memória, História e Anarquismo na Obra de Edgar Rodrigues.* (Tese de Doutoramento em História), UFF, Niterói, 2012.

ARAÚJO, R. Classe dos Gestores, Corporativismo e Psicotécnica: a Trajetória de Roberto Mange através do Instituto de Organização Racional do Trabalho (1931-1942). (Dissertação de Mestrado em História), UFG, Goiânia, 2013.

ALONSO, A. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 15, nº 44, pp. 35-54, outubro de 2000.

ANTONACCI, M. A. M. *A Vitória da Razão (?): O Idort e a Sociedade Paulista*. São Paulo: CNPQ-Marco Zero, 1993

BERNARDO, J. *Economia dos Conflitos Sociais.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DINIZ, E. *O Estado Novo: Estrutura de Poder. Relações de Classe.* Cap. II. In. GOMES, A. M. C. [et al.] *História Geral da Civilização Brasileira.* v. 10: O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976.

FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

HARDMANN, F. F. & LEONADI, V. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARÇAL, J. B. Crônica dos velhos militantes libertários de Porto Alegre (1892-1930). In. ADDOR, C. A. & DEMINICIS, R. B. (org.). *História do Anarquismo no Brasil Vol. II*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

MANOILESCU, M. *O Século do Corporativismo: Doutrina do Corporativismo Integral e Puro.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MEDEIROS, J. *Ideologia Autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.

MÜNSTERBEG, H. *Psychology and Industrial Efficiency*. Boston/New York: Houghton Mifflin Company/The Riverside Press Cambridge, 1913. In: *Project Gutenberg*. EBOOK #15154, 2005.

PINTO, J. A. C.*Os impasses da intelligentsia diante da Revolução Capitalista no Brasil (1930-1964): História e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré.* (Tese de Doutoramento em História), UFF, Niterói, 2005.

SAMIS, A. Anarquismo, "bolchevismo" e a crise do sindicalismo revolucionário. In. ADDOR, C. A. & DEMINICIS, R. B. (org.).*História do Anarquismo no Brasil Vol. II*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

SOUZA, F. M. de *Raízes Teóricas do Corporativismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEINSTEIN, B. *(Re) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920 – 1964)*. São Paulo: Cortez, 2000.

WOODCOCK, G. *Uma História das idéias e dos movimentos libertários. Volume 2 – O Movimento*. Porto Alegre: L&M Editores, 1984.

ZANATTA, M. (org.) *De homens e máquinas: V.1 Roberto Mange e a formação profissional*. São Paulo: SENAI, 1991.